

REGRESSO CAUSAL, DETERMINISMO E RESPONSABILIDADE MORAL.

VINÍCIUS BIANCHI¹; JOÃO HOBUSS²

¹Universidade Federal de Pelotas – bianchi.filosofia@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – joao.hobuss@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O problema da vontade livre (Free Will Problem) não é um problema novo. Em todos os períodos históricos da humanidade houve pensadores que observaram como a limitação da liberdade acarreta inúmeros desafios às bases morais, legais, psicológicas, sociais e de simples convívio humano. Somente através da tentativa de fundamentação do conceito de liberdade é que pudemos, através dos séculos, conceber ideais tais como ‘certo’ e ‘errado’, ‘bom’ e ‘mau’, ‘vergonha’ e ‘orgulho’, ‘crime’ e ‘inocência’, ‘punição’ e ‘louvor’, mesmo que este conceito fosse concebido de forma totalmente intuitiva e pouco clara.

Em geral, a tese de que todos os eventos e objetos existentes no universo, são regidos por leis naturais que permitem apenas a uma única possibilidade de futuro (e passado) recebe o nome de determinismo causal. Porém, adjunto a esta visão de mundo determinado há a crença comum a de que somos livres para decidir ou agir de modo não determinado, de acordo com nossa vontade, que nenhum evento ou agente nos forçou a decidir e agir como agimos sem que tenhamos que transgredir as leis naturais, contudo, permanecemos questionando se de algum modo nossa vontade por optar entre um ou outro curso de ação estaria predeterminada por causas que as antecederam, sejam elas, físicas, biológicas, psicológicas ou sociais (KANE, 2005). Nossas intuições entre liberdade da vontade e determinismo causal são altamente conflitantes.

Na contemporaneidade Peter van Inwagen expôs através de seu ‘argumento do consequente’ a ideia de que não pode haver liberdade da vontade se o processo de causalidade exige que todos os eventos ocorram por necessidade das leis causais naturais, incluindo nossas ações. Em outras abordagens, como os argumentos apresentados por Galen Strawson e Paul Edwards, são atacados não diretamente nossas ideias de liberdade, mas a noção de responsabilidade moral é consequência de sua suposta existência. O ‘argumento básico’ de Strawson e o argumento emotivista de Paul Edwards possuem uma estrutura de regresso causal onde a ‘verdadeira’ responsabilidade moral, derivada de nossas escolhas, processos de decisão e formadoras de nosso caráter, não se encontram absolutamente sob nosso poder. Dito de outro modo, nossas escolhas são condicionadas por nossa formação moral inicial e que por não sermos responsáveis por tais preferências e valores iniciais, não podemos ser as causas de nossas ações e escolhas subsequentes, e, portanto, não seríamos responsáveis por nenhuma de nossas ações. O objetivo deste trabalho é o de apresentar de modo breve os argumentos citados acima e por quais razões eles ameaçam as nossas intuições mais básicas sobre nossa liberdade da vontade e responsabilidade moral.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho consistiu em análise e exegese da bibliografia e literatura contemporânea. Em especial, a investigação se ateve as teses e argumentos denominados incompatibilistas entre liberdade da vontade e determinismo assim como incompatibilistas entre

responsabilidade moral e determinismo – a saber, Peter van Inwagen, Galen Strawson e Paul Edwards.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ideia de que os eventos naturais ocorrem por força de necessidade já existia na antiguidade com os estóicos. Na modernidade as leis Newtonianas da física fundamentavam a visão mecanicista de Laplace sobre a causalidade natural. Na contemporaneidade, o teórico Peter van Inwagen procurou sintetizar este ideal que denominamos de determinismo através de seu 'Argumento do Consequente'. (INWAGEN, 2002). Em suma, uma conclusão que podemos inferir reduz a vã ilusão qualquer liberdade imaginada. Sendo assumido que,

- (1) Não há nada que nós possamos fazer agora para mudar o passado.
- (2) Não há nada que nós possamos fazer agora para mudar as leis da natureza.

Colocando estas duas premissas em uma, temos

- (3) Não há nada que nós possamos fazer agora para mudar o passado e as leis da natureza.

Mas, se o determinismo é verdadeiro, então

- (4) Nossas ações presentes são consequências necessárias do passado e das leis da natureza. (Ou, equivalentemente, é necessário que, dado o passado e as leis da natureza, nossas ações presentes ocorram.)

Então, se o determinismo é verdadeiro, parece que

- (5) Não há nada que possamos fazer agora para mudar o fato de que nossas ações presentes são consequências necessárias do passado e leis da natureza.

Mas se não há nada que possamos fazer agora para mudar o passado e as leis da natureza (qual o passo 3) e nada podemos fazer para mudar o fato que nossas ações presentes são as necessárias consequências do passado e leis da natureza (passo 5), pareceria seguir que, se o determinismo é verdadeiro (passo 4), então

- (6) Não há nada que possamos fazer agora para mudar o fato que nossas ações presentes ocorrem. (INWAGEN, pg.87).

Logo, parece impossível que tenhamos *alguma* liberdade da vontade, liberdade para fazer de outro modo, ou liberdade de decisão, se o determinismo for verdadeiro, em decorrência, não temos responsabilidade moral por nossas ações.

Sobre a responsabilização moral, desde o período medieval usou-se um conceito para se referir a ideia de motor imóvel aristotélico, uma causa que supostamente não dependera em nada de outras causas, isto é, a chamada *causa sui*. Assim, tal conceito aplicado às nossas liberdades de iniciar causas desligadas de causas antecedentes poderia garantir que fôssemos responsáveis moralmente por nossas ações. Porém, para o teórico Galen Strawson é impossível que haja responsabilidade última como querem os libertarianistas contemporâneos defensores da *causa sui*. Ele elabora o chamado "*Argumento Básico*" que busca demonstrar que para sermos responsáveis por nossas ações é preciso que sejamos responsáveis pela maneira como somos, nosso caráter, personalidade e estrutura motivacional e, de igual modo, isto é, para fazermos

escolhas sobre nossas características psicológicas, é preciso que também sejamos responsáveis pelos valores que irão anteceder tal escolha, pelas preferências que as antecedem, assim, sucessivamente, teremos um regresso *ad infinitum* em que nunca poderemos ser verdadeiramente responsáveis pelo modo como somos e, conseqüentemente, por nossas ações (STRAWSON, 1994). Parte de seu argumento nos diz que

(5) Mas não se pode realmente dizer ter escolhido, conscientemente, raciocinado, moldado, ser do modo como se é, mentalmente falando, em todos os aspectos, ao menos que já esteja, mentalmente falando, equipado com alguns princípios de escolha, 'P1'- preferências valores, pró-attitudes, ideais- à luz de que se possa escolher como ser.

(6) Mas então para ser verdadeiramente responsável, por conta de ter escolhido ser do modo como se é, mentalmente falando, em certos aspectos, deve-se ser verdadeiramente responsável por ter escolhido seus princípios de escolha em P1 à luz as quais se escolheu ser.

(7) Mas para que assim seja, deve-se ter escolhido em P1, em um raciocínio, consciente, moldado intencionalmente.

(8) Mas para que assim seja, i.e (7) já deveria haver alguns princípios de escolha em P2, à luz das quais se escolhesse P1. (STRAWSON, pg.7)

Deste modo, o "Argumento Básico" nos leva a crer que não podemos ser verdadeiramente responsáveis por nossas ações pois ninguém pode ser verdadeiramente responsável pela maneira como se é. Sempre que estivermos fazendo escolhas que moldam o nosso caráter, usaremos como base para a escolha antigos valores como métrica e, como tais preferências não foram genuinamente escolhidas por nós mesmo de modo não causado, caímos em regresso causal da responsabilidade última daquilo que julgamos ser e, portanto, a *causa sui* é impossível como condição à responsabilidade moral.

Por outro viés similar ao regresso causal de preferências e valores, temos o regresso de desejos e volições em uma abordagem emotivista por Paul Edwards. Criticando o modelo de Mill e Hume sobre o esforço da vontade de mudar nossos traços de caráter (desejos e volições), questiona a arbitrariedade de frear o regresso de modo a tomar como ponto de partida apenas os desejos de mudanças do sujeito, para ele, deveríamos questionar de onde estes desejos vêm. O que é que nos faz desejar aquilo que desejamos, de onde veem nossos impulsos? Schopenhauer, para o autor, sintetiza a ideia: 'um homem pode certamente fazer o que ele deseja fazer, mas não pode determinar o que ele deseja' (EDWARDS, 1958). Como exemplo, o teórico cita uma situação particular em que agentes diferentes têm uma mesma espécie de compulsão, ambos dispõem de recursos para custear um tratamento psicológico e também de tempo para fazê-lo, mas, contudo, somente um deles dispõe de coragem e energia necessária para que o tratamento psicológico surta os efeitos esperados e a compulsão cesse. O ponto em questão se trata em observar que, embora acreditemos que somos capazes de direcionar nossos esforços para treinar nossos desejos, as condições em que nos encontramos e que são as necessárias (ou não) para efetivar a mudança de caráter já se encontra disposta em nós sem que tenhamos tido qualquer responsabilidade nisto (EDWARDS, 1958).

4. CONCLUSÕES

Como apresentado acima, a causalidade natural exposta por van Inwagen e o regresso causal exposto por Edwards e Strawson são exemplos de argumentos

dispostos na literatura contemporânea que ameaçam nossas concepções acerca da compatibilidade da liberdade da vontade e responsabilidade moral. Sem que possamos responder a estes argumentos de modo a explicitar o tipo de causalização humana que foge ao determinismo ou como com ele se compatibiliza, qualquer prática institucional que pretenda ser justa em punir, censurar, louvar, inocentar ou imputar agentes morais pode ser inadequada na ausência de uma justificativa robusta da responsabilização moral seja por meio da liberdade da vontade, seja pelo controle causal sobre quem somos e o que fazemos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EDWARDS, P. Hard and Soft Determinism. **Determinism and Freedom in the Age Modern Science**. p. 117-125, 1958.

KANE, R. **A Contemporary Introduction to Free Will**, New York: Oxford University Press, 2005, 196 p.

STRAWSON, G. The impossibility Of Moral Responsibility. **Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition**. v. 75. n. 1/2. p. 5-24. 1994.

VAN INWAGEN, P. **An Essay on Free Will**. Oxford: Clarendon Press, 2002, 248 p.